

Nota Informativa

Edição 052/2023

DESTAQUES

Gaispi, responsável pelas metas de 5G, vê trabalho adiantado em quase 2 anos

CGI.br vai fazer consulta pública sobre regulação de plataformas de Internet

Projeto-piloto do MDIC investe em laboratório aberto para soluções 5G

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Funttel vai investir R\$ 1,15 bilhão em projetos de inovação em telecomunicações

Rede privativa, para sair do papel, terá que ser detalhada pelo governo, diz presidente do Gaispi

Rede óptica na Amazônia é surpresa positiva e grande aprendizado para o País, diz Moisés Moreira

Quais são as propostas do governo para regular as big techs

Gesac é utilizado para conectar 14,5 mil escolas, aponta a Anatel

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Governo federal regulamenta Sistema de Registro de Preços à luz da nova lei de licitações

Governo quer dados públicos nas estatais de TI

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Haddad prevê R\$ 110 bi a mais com medidas extras

Impressão é que situação do mercado de crédito não está chegando ao BC, diz Haddad

Haddad deve apresentar novo arcabouço fiscal ao Congresso na quarta (5)

POLÍTICA

Padilha anuncia acordo com Congresso para comissões mistas de quatro MPs

PL descarta integrar bloco de Lira na Câmara

Atividades da Câmara são reduzidas por causa do feriado de sexta-feira

RELAÇÕES EXTERIORES

Lula chama Lira, Pacheco e mais 35 congressistas para ir à China

Itamaraty confirma Guilherme Patriota na OMC

Cúpula do Brics será realizada na Rússia em 2024

DESTAQUES

Gaispi, responsável pelas metas de 5G, vê trabalho adiantado em quase 2 anos

Poder Executivo | 03/04/2023 – 22h31min

Depois de 16 meses em funcionamento, o Gaispi (grupo gestor coordenado pela Anatel para acompanhar os compromissos do leilão de 5G na faixa de 3,5 GHz) estima estar cerca de dois anos adiantado em relação ao cronograma inicial. O conselheiro da agência Moisés Moreira, presidente do Gaispi, não esconde a satisfação com o ritmo dos trabalhos, inicialmente visto com certo ceticismo considerando a dimensão dos compromissos assumidos pelas empresas e que teriam que ser gerenciados pelo Gaispi. "Das nossas quatro tarefas, ou rubricas, dá para dizer que em três a gente está bem além do que imaginávamos", diz Moreira, em entrevista a este noticiário. No momento, a Anatel já está liberando espectro para operação do 5G em cidades que só deveriam ser liberadas em 2024. "Até o meio do ano serão cerca de 1,6 municípios liberados, ou 80% da população. A partir daí, é a estratégia comercial das empresas que vai determinar". Fonte: Teletime

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

CGI.br vai fazer consulta pública sobre regulação de plataformas de Internet

Poder Executivo | 03/04/2023

O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) deve iniciar no mês de abril uma ampla consulta pública sobre a regulação de plataformas de Internet – adicionando mais um elemento na discussão que já mobiliza governo, Congresso, Justiça e Anatel. A informação é do site especializado Teletime. A expectativa é que o processo trate não apenas da moderação de conteúdos, mas também de temas como regulação econômica, soberania digital, privacidade, transparência e concorrência. Ao todo, quase 40 perguntas devem fazer parte da consulta pública do CGI.br. Dessa forma, a iniciativa do comitê seria mais ampla que a tomada de subsídios iniciada nesta semana pela Anatel – que mira as grandes plataformas (OTTs) ao abordar deveres de usuários da infraestrutura de telecomunicações. O processo seria um primeiro passo para criação de regras sobre como plataformas digitais e outras aplicações devem se relacionar com as redes. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Projeto-piloto do MDIC investe em laboratório aberto para soluções 5G

Poder Executivo | 04/04/2023

O Instituto Nacional para Engenharia de Software (Ines) e o Centro de Informática (CIn) da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) lançam na terça-feira, 4, o projeto 5G Open Labs Brasil, laboratório aberto para desenvolver soluções compatíveis com a rede móvel. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) financiou a iniciativa e está definindo as primeiras demandas de criação, que devem beneficiar o governo. "Consultamos outras áreas do governo para pedir sugestões de projetos, para escolhermos um projeto que vai fundamentar o desenvolvimento da aplicação do 5G", explicou Luiz Gondin, diretor de Transformação Digital, Inovação e Novos Negócios (MDIC). O laboratório já funcionava no espaço do Centro de informática da UFPE, mas agora com a parceria do ministério, se torna aberto e amplia as possibilidades de parcerias. O objetivo é desenvolver soluções não apenas para o Estado, mas para diversas verticais, como indústria 4.0, agronegócios, saúde, finanças, segurança, setor automotivo, educação, mineração, óleo e gás. Entre as parceiras no setor de telecom estão as operadoras Claro e TIM, além da fabricante Motorola. Segundo Lopes, há expectativa de usar o espaço também para dar suporte às startups que estejam interessadas no desenvolvimento de soluções para 5G. O pesquisador complementa ainda que o Open Ran está no radar do projeto. "Temos o foco em software não só pra verticais, mas também ligado a redes abertas e desagregadas", afirmou.

Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Funttel vai investir R\$ 1,15 bilhão em projetos de inovação em telecomunicações

Poder Executivo | 04/04/2023 11h35min

O Conselho Gestor do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), que conta com a participação do Ministério das Comunicações (MCom), autorizou o repasse de R\$ 1,15 bilhão, entre 2023 e 2025, para financiamento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em telecomunicações. As resoluções foram publicadas na terça-feira (4), no Diário Oficial da União. De acordo com o ministro da Comunicações, Juscelino Filho, o volume de investimento é fundamental para o desenvolvimento do setor de telecomunicações brasileiro. "São recursos destinados a linhas de crédito para a expansão de redes, ampliação da capacidade produtiva de fabricantes nacionais e para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação", explica. ASCOM MCOM

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Rede privativa, para sair do papel, terá que ser detalhada pelo governo, diz presidente do Gaispi

Poder Executivo | 04/04/2023 – 00h41min

Quando o edital do 5G foi concluído em 2021 e o Gaispi constituído para coordenar a implementação das metas estabelecidas no edital, a "bola mais quadrada" das metas estabelecidas com recursos do leilão era a rede privativa para o governo, demandada pelo Ministério das Comunicações de Jair Bolsonaro. Na época, não era segredo para ninguém que a demanda por uma rede privativa governamental era uma "solução" para resolver o problema da presença da Huawei no mercado brasileiro. Bolsonaro e seus apoiadores tinham o enfático discurso contrário aos fornecedores chineses, mas precisavam conviver com o fato de que a Huawei era o principal fornecedor de tecnologia no país. "Aquela demanda chegou de forma muito tensa junto à Anatel e tivemos que ser muito duros com o ministério, porque uma coisa daquela só seria sustentável como uma política pública", diz o conselheiro da Anatel e presidente do Gaispi, Moisés Moreira. Fato é que, até agora, esse é o único projeto que o Gaispi precisa supervisionar que está atrasado. "A verdade é que a gente não tem muito ideia do que vai ser essa rede privativa", diz Moreira. Por sorte, o edital tampouco estabelece prazo

para a implementação da política. Ele diz que o Gaispi e, portanto, a EAF (empresa que fará a implementação da rede), aguardam orientações, mas isso depende do governo, que será o usuário. "Não sabemos se vai ter ou não restrição a algum fornecedor. Na verdade, não sabemos sequer o tamanho dessa rede", diz Moreira. "Mas de qualquer maneira vamos precisar de uma nova política e orientação do governo para cumprir essa obrigação de maneira diferente da prevista no edital e combinada com o TCU", diz o conselheiro da Anatel. "Não vejo espaço para se desistir da rede privada, porque temos uma responsabilidade com o que foi estabelecido no edital, mas tampouco podemos decidir como fazer sem que o governo indique a demanda real e como essa rede vai ser mantida depois", diz ele. Vale lembrar que no final do governo Bolsonaro a, Telebras recebeu a incumbência de ser a operadora da rede privada. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Rede óptica na Amazônia é surpresa positiva e grande aprendizado para o País, diz Moisés Moreira

Poder Executivo | 04/04/2023 – 00h14min

Uma das principais surpresas positivas em relação às obrigações estabelecidas pelas operadoras móveis, na visão conselheiro da Anatel Moisés Moreira, foi a velocidade de implementação das redes do Programa Amazônia Integrada e Sustentável (PAIS). Moreira preside o grupo gestor das metas de 5G (Gaispi), implementadas pela EAF e que preveem 6 trechos de redes subfluviais na região Amazônica, e também do 4G (Gired), cujos trabalhos são realizados pela EAD, e que ficou com a obrigação residual de construir um dos trechos das redes do PAIS. "No caso da EAD, com a Infovia 01, em breve o trabalho estará concluído. Foi nosso grande aprendizado. No caso da EAF, também está muito avançado, esse ano teremos o lançamento de três infovias, e outras três até o final do ano estarão com os estudos concluídos, para lançamento em 2024. Acredito que todas as Infovias do PAIS estarão prontas até o final do 2024", diz Moreira. Moisés Moreira diz ainda ter sido procurado por empresas de redes submarinas interessadas em utilizar as Infovias do PAIS para estabelecer uma rota de dados entre Atlântico e Pacífico. "Isso caberá obviamente ao Estado, mas mostra a importância desse projeto". Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Quais são as propostas do governo para regular as big techs

Poder Executivo | 04/04/2023

Gestão Lula quer que plataformas tenham "dever de cuidado" para não propagar conteúdos que minem o Estado democrático de direito e estimulem crimes, inspirado em norma aprovada recentemente pela União Europeia. Os estudos já amadureceram no Palácio do Planalto, e uma minuta foi enviada no final de março ao deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP), relator na Câmara de um projeto que cria a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, também conhecido como PL das Fake News. Na visão do governo, há três eixos que precisam mudar, e com urgência. O primeiro diz respeito à remoção de conteúdos das plataformas digitais que minam o Estado democrático de direito, estimulam o terrorismo político e o racismo e ameaçam direitos de crianças e adolescentes e a aplicação de políticas públicas, sobretudo na área da saúde. O segundo eixo envolve a incorporação, no Brasil, de regras semelhantes às previstas pelo Digital Services Act (DSA), a nova regulação da União Europeia (UE) sobre o tema, aprovada no final de 2022, em especial sobre o risco sistêmico de violação de direitos inerente ao modelo de serviço das plataformas e a mitigação de danos que possam ocorrer. O terceiro eixo é acrescentar novas ideias, mais modernas e com parâmetros internacionais recentes, sobre moderação de conteúdo e estratégias para coibir a propagação do ecossistema de desinformação no país. O secretário de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom), João

Brant, indica características do DSA que, na visão do governo, deveriam ser “importadas” pelo Brasil: “Uma delas é esse modelo que combina avaliação de risco sistêmico, obrigação de mitigação de riscos e avaliação e auditoria externa. Esse é um modelo que oferece a possibilidade de lidar com os problemas estruturantes”. A proposta é que o governo crie “enforcements” que obriguem as plataformas a agir quando se tratam de conteúdos ilegais e desinformativos, sem que seja necessário acionar o Judiciário para remoção. Fonte: ABAP

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Gesac é utilizado para conectar 14,5 mil escolas, aponta a Anatel

Poder Executivo | 03/04/2023 – 20h34min

Os dados divulgados pela Anatel com o Grupo de Acompanhamento de Projetos de Conectividade de Escolas (Gape) mostram não apenas o universo do projeto piloto em 177 instituições, mas também trazem o panorama mais abrangente da educação conectada no País. Um dos recortes possíveis é o do programa de governo eletrônico (Gesac), que utiliza em boa parte a capacidade em banda Ka do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC) da Telebras. Considerando o universo de todas as bases reunidas na planilha disponibilizada pela Anatel, o acesso é feito pelo Gesac em 14.537 escolas, enquanto outras 1.558 estão com registros pendentes. O levantamento indica 11.289 escolas que, segundo o Ministério da Educação, estão conectadas com satélites. Dessas, 5.361 estavam inscritas no Gesac, 333 constavam com situação pendente e outras 5.595 sem o vínculo. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Governo federal regulamenta Sistema de Registro de Preços à luz da nova lei de licitações

Poder Executivo | 03/04/2023 – 18h08min

A partir da segunda-feira (3), órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão fazer o registro formal de fornecedores e valores de objetos de licitação no Sistema de Registro de Preços (SRP) adaptado às regras e procedimentos da Lei 14.133 (nova lei de licitações e contratos). O Decreto n.º 11.462/2023, que atualiza o uso do sistema foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União, na última sexta-feira (31/03). O SRP poderá ser utilizado para registro formal de preços relativos à prestação de serviços nos casos de dispensa eletrônica ou inexigibilidade, inclusive para compra de medicamentos por força de decisão judicial, ou licitação nas modalidades concorrência e pregão. Poderá também ser empregado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que exista a necessidade permanente ou frequente da obra ou do serviço a ser contratado. Fonte: ASCOM MGI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo quer dados públicos nas estatais de TI

Poder Executivo | 03/04/2023

O governo federal sinaliza que vai reorientar o processo de governança sobre os dados públicos, de forma a priorizar o papel das estatais de TI, Serpro e Dataprev. Foi o que se viu na segunda, 3/4, durante a cerimônia de troca de comando da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. O recado sinaliza uma nova direção para a tendência de uso de nuvens de fornecedores privados, em voga desde 2019. “Vamos coordenar os esforços dentro do governo para potencializar o uso sinérgico das empresas públicas de TI e para melhorar a governança, sustentabilidade, privacidade e segurança dos dados e dos sistemas

críticos da administração pública federal”, destacou a ministra da Gestão, Esther Dweck, na posse de Rodrigo Assumpção, que volta à Dataprev após 14 anos da primeira vez que assumiu o posto. Segundo Esther Dweck, o ministério vai agir diretamente para defender prioridade do uso das estatais de TI pelos órgãos federais. “Estamos fortalecendo a infraestrutura nacional de dados, algo que já discutimos bastante desde a transição. E vamos ter um diálogo com os órgãos, em parceria com a Dataprev, para definir condições de operação, interoperabilidade, segurança e facilidade, e que priorizem as empresas públicas de TI. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Haddad prevê R\$ 110 bi a mais com medidas extras

Poder Executivo | 04/04/2023 – 05h

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, detalhou na segunda-feira (3) quanto o governo pretende arrecadar com o primeiro pacote de medidas para dar sustentabilidade ao arcabouço fiscal. Segundo Haddad, a tributação de apostas eletrônicas, limitações em brechas que permitem abatimento de Contribuição sobre Lucro Líquido (CSLL) e o combate ao contrabando no comércio eletrônico devem resultar em R\$ 110 bilhões em receitas. O ministro informou que as propostas serão encaminhadas ao Congresso até o dia 15 de abril. Somente com as apostas eletrônicas, o governo espera conseguir uma arrecadação adicional de algo em torno de R\$ 12 bilhões a R\$ 15 bilhões, disse Haddad em entrevista à GloboNews. “Não é justo não tributar uma atividade que muitas pessoas nem concordam que exista no Brasil.” No caso das alterações na CSLL, o objetivo é não permitir que empresas que recebem incentivos fiscais via ICMS abatam esses créditos do tributo federal quando a atividade é de custeio. Apenas investimentos seriam permitidos. A medida renderia de R\$ 80 bilhões a R\$ 90 bilhões em receitas. Uma terceira medida seria o combate ao “contrabando” no comércio eletrônico. Segundo Haddad, existem varejistas que enviam produtos comercializados pela internet como se fossem remessas feitas por pessoa física para evitar a tributação. O combate a essa prática resultaria em até R\$ 8 bilhões, nas estimativas do governo. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Impressão é que situação do mercado de crédito não está chegando ao BC, diz Haddad

Poder Executivo | 03/04/2023 – 17h53min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na segunda-feira, 3, ter a impressão de que o que está acontecendo no mercado de crédito brasileiro, sobretudo no mercado de capitais, não está chegando com inteireza ao Banco Central (BC). No final de março, o Copom ignorou as pressões e críticas do governo e manteve a taxa básica de juros em 13,75% ao ano. “Não faço parte do BC, mas é um tema recorrente em nossas conversas: ‘será que vocês estão considerando o que parece estar acontecendo no mercado de capitais?’”, disse, em entrevista à GloboNews. “Houve uma retração bem mais forte do que se supunha até o episódio das Americanas. Não vou dizer que o mercado externo afetou muito, mas afetou de alguma maneira – os spreads subiram, as emissões caíram e teve gente que não conseguiu se financiar no mercado de capitais e está recorrendo ao sistema bancário”, emendou. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad deve apresentar novo arcabouço fiscal ao Congresso na quarta (5)

Poder Executivo | 03/04/2023 – 16h37min

O projeto de lei com o novo arcabouço fiscal poderá sair na quarta-feira (5), informou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo ele, as equipes técnicas dos ministérios da Fazenda e do Planejamento estão trabalhando para concluir o texto ainda esta semana. Caso não seja possível, o projeto de lei será enviado ao Congresso Nacional na segunda-feira (10). “As equipes estão por conta disso desde a sexta-feira (31). Trabalhamos no fim de semana. Como não tem sessão no Congresso, vão aproveitar esses dias para calibrar. Mas, certamente antes do dia 15 [prazo limite para o envio do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias], estará no Congresso Nacional. Pode ser [ainda esta semana]. Eu vou estar aqui, o Rui [Costa, ministro da Casa Civil] vai estar aqui, a Simone [Tebet, ministra do Planejamento] vai estar aqui. Se ficar pronto antes, mandamos quarta. Se não, pode ir na segunda-feira da semana que vem”, declarou Haddad na segunda-feira (3) ao chegar ao Ministério da Fazenda. Segundo o ministro, a proposta de impulsionar a arrecadação entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões deverá ser enviada junto com o projeto de lei complementar do novo arcabouço. “No máximo, será com um dia de diferença”, disse. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Padilha anuncia acordo com Congresso para comissões mistas de quatro MPs

Poder Executivo | 04/04/2023 – 13h11min

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou na terça-feira (4) que o governo federal chegou a um acordo com o Congresso Nacional para instalar as comissões mistas para votar quatro Medidas Provisórias (MPs). Segundo o ministro, deverão ser analisadas as medidas que tratam da estrutura ministerial da Esplanada, as regras do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf), do Minha Casa Minha Vida e do Bolsa Família. “Vamos aprovar todos os conteúdos das 12 medidas provisórias, priorizando como instalação de comissão mista aquelas que os parlamentares querem debater”, afirmou Padilha em coletiva na manhã de terça. “O que está combinado e tem compromisso tanto da Câmara quanto do Senado é de aprovar as 12 Medidas Provisórias”, reforçou. Segundo o ministro, a expectativa é de que as comissões mistas sejam instaladas na próxima semana, após o feriado de Páscoa. De acordo com Padilha, o governo manterá as MPs que tramitam no Legislativo e o Congresso Nacional poderá transformar parte dos textos em emendas ou em Projetos de Lei (PL) de Urgência e Emergência, para reduzir a necessidade de comissões mistas. Na coletiva, Padilha também destacou que o relator do arcabouço fiscal deverá ser definido na próxima semana. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

PL descarta integrar bloco de Lira na Câmara

Poder Legislativo | 04/04/2023 – 05h

Se aderisse ao bloco que Arthur Lira (PP-AL) tenta montar com o União Brasil, o PL ajudaria o presidente da Câmara e seus aliados a retomar a maioria na Casa – eles perderam esse status para o bloco do MDB, PSD, Republicanos e PSC, com 142 membros, formado na semana passada. A hipótese, porém, é descartada pela sigla, pois o PL, que hoje representa cerca de 20% da Casa, teria de dividir os espaços a que tem direito com sócios. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Atividades da Câmara são reduzidas por causa do feriado de sexta-feira

Poder Legislativo | 03/04/2023 – 18h07min

A Câmara dos Deputados decidiu enforçar a semana inteira devido ao feriado da Paixão de Cristo, na sexta-feira (7). As atividades serão retomadas na terça-feira (11), quando serão debatidas a retomada das comissões mistas para análise de medidas provisórias (MPs). A única ação realizada pela Câmara nesta semana é a visita técnica feita pelo grupo de trabalho da reforma tributária à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). No Senado está prevista a votação de medidas provisórias pelo plenário, além de reuniões das comissões temáticas, esta semana. A decisão de enforçar a semana toda acontece depois de derrotas políticas do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Ele não conseguiu ver prevalecer seu entendimento de manutenção do rito das MPs sem a formação das comissões mistas. E, no meio da briga, ainda viu surgir a formação do Bloco – o bloco formado por MDB, PSD, Republicanos e Podemos -, que passou a formar a maior bancada na Câmara. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Lula chama Lira, Pacheco e mais 35 congressistas para ir à China

Poder Executivo | 04/04/2023 – 11h19min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) convidou os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para ir com a comitiva presidencial à China. Em ofício assinado pelo ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, na noite de 2ª feira (3), há o cronograma da viagem e vaga em voo da FAB (Força Aérea Brasileira). Além disso, o governo federal convidou 28 deputados e 7 senadores para a viagem ao país asiático. Eis as íntegras do documento dos deputados e senadores. O ofício registra que a saída de Brasília será em 11 de abril pela manhã. Em 12 de abril, a noite, os políticos chegam a Xangai. A reunião com o presidente chinês, Xi Jinping, está marcada para 14 de abril. Também assinarão atos de cooperação entre os 2 países. No dia seguinte, retornam ao Brasil. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Itamaraty confirma Guilherme Patriota na OMC

Poder Executivo | 04/04/2023 – 10h59min

O Ministério das Relações Exteriores oficializou na terça (4) a designação do embaixador Guilherme Patriota como representante brasileiro na Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra. Além da OMC, Patriota vai representar o Brasil nas demais organizações econômicas sediadas em Genebra. Atualmente, ele ocupa o consulado do país em Tóquio. Assessor especial da Presidência de República entre 2010 e 2013, ele teve a indicação para a Organização dos Estados Americanos (OEA) vetada em 2015 pelo Senado, no auge da crise política do governo Dilma Rousseff. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Cúpula do Brics será realizada na Rússia em 2024

Mercado | 04/04/2023 – 10h54min

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, assinou um decreto que determina a realização da cúpula do Brics (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) na cidade de Kazan em 2024. O líder russo também determinou a criação de um comitê organizador do evento e designou seu assessor, Yury Ushakov, para comandar os trabalhos. Em 2023, o encontro será realizado em Johannesburgo, na África do Sul, de 22 a 24 de agosto. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br